

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.054.109 - RS (2017/0028557-0)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
AGRAVANTE : COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE-D
ADVOGADO : GUSTAVO DAL BOSCO E OUTRO(S) - RS054023
ADVOGADA : PATRICIA FREYER - RS062325
AGRAVANTE : RIO GRANDE ENERGIA S/A
ADVOGADOS : MÁRCIO LOUZADA CARPENA E OUTRO(S) - RS046582
ALEXSANDRO DA SILVA LINCK - RS053389
AGRAVADO : SUCESSAO DE ALBINO SILVEIRA CASADO
ADVOGADOS : DIONI SLONGO - RS056778
ROVANDRO BOGONI - RS056976
REPR. POR : GILNEI SILVEIRA CASADO - HERDEIRO
REPR. POR : IVONEI SILVEIRA CASADO - HERDEIRO
REPR. POR : MARILENE BOCCA - HERDEIRO
REPR. POR : IRIS SILVEIRA CASADO - HERDEIRO

DECISÃO

Trata-se de agravo de decisão que inadmitiu recurso especial, interposto pela COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE-D, fundado no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, contra v. acórdão do Eg. Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, assim ementado:

APELAÇÃO CÍVEL. AGRAVO RETIDO. DIREITO PRIVADO NÃO ESPECIFICADO. AÇÃO DE COBRANÇA. CONTRATO DE FINANCIAMENTO DE OBRAS DE ELETRIFICAÇÃO RURAL. LEGITIMIDADE ATIVA. LEGITIMIDADE PASSIVA. CONVÊNIO DE DEVOLUÇÃO. PRESCRIÇÃO. ENTENDIMENTO DO STJ. RECURSO ESPECIAL Nº 1.249.321/RS. PROCEDÊNCIA. AGRAVO RETIDO. Presente a responsabilidade solidária das rés e demonstrado pela parte autora a verossimilhança em relação à existência do contrato referido na inicial, cabível a inversão do ônus da prova para que ambas juntem aos autos o processo administrativo relativo à construção da rede. Agravo retido desprovido. APELAÇÕES. Da legitimidade ativa e passiva. Termo de contribuição firmado entre o autor representado pela Sucessão e a concessionária de energia CEEE, o que confere legitimidade ativa à parte autora para buscar o valor pago quando da construção da rede de energia. Consoante entendimento desta Corte, ambas as concessionárias são partes legítimas a figurar no polo passivo nas demandas em que a parte autora busca a cobrança do valor investido na construção da rede de eletrificação

rural. A CEEE porque é a contratante original, tendo incorporado a rede ao seu patrimônio e a RGE por ser a atual proprietária das instalações. Da prescrição. Havendo convênio de devolução do valor investido na eletrificação rural, nos termos da decisão proferida no Recurso Especial representativo da controvérsia nº N° 1.249.321/RS, voto do Ministro Luis Felipe Salomão, julgado em 10/04/2012, aplicável o prazo prescricional vintenário (na vigência do código de 1916) e de cinco anos (na vigência do código de 2002), observada a regra de transição prevista no artigo 2028, do mesmo estatuto legal. No caso concreto, aplicável o prazo vintenário, cujo término seria em 26/08/2010. Considerando que o ingresso da demanda em 14/10/2009, não implementado o prazo prescricional. Do mérito. A pretensão da parte autora encontra guarida no Convênio de Devolução nº CEEE-GRE-1454, no qual há previsão expressa de devolução do valor investido pelo consumidor quando da construção da rede elétrica rural. Incidente a correção monetária, ainda que não haja previsão contratual, à medida que não é um plus que se agrega, mas um minus que se evita. AGRAVO RETIDO E APELOS DESPROVIDOS. UNÂNIME ." (e-STJ, fls. 211-212)

Nas razões do recurso especial, a agravante alega violação dos arts. 188, I, do CC/02 e 333, I, do CPC/73, sustentando, em síntese, que *a correção monetária deve ser medida pelos indexadores que existiam na época da contratação.*

É o relatório.

Decido.

A irresignação não prospera.

Nas razões recursais, a recorrente apontou violação aos artigos 188, I, do CC/02 e 333, I, do CPC/73, entretanto, não desenvolveu argumentação que evidenciasse as ofensas, tornando patente a falha de fundamentação do apelo especial, circunstância que atrai a incidência do nº 284 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

A propósito:

"AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. TRIBUTÁRIO. RECURSO QUE DEIXA DE IMPUGNAR OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO QUE NEGOU PROVIMENTO AO AGRAVO DE INSTRUMENTO. SÚMULA Nº 182/STJ. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.RECORRENTE QUE NÃO DEFINE NEM DEMONSTRA EM QUE CONSISTE A

OMISSÃO. SÚMULA Nº 284/STF. ARTIGOS 496 E 513 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. NÃO DEMONSTRAÇÃO DA VIOLAÇÃO DOS DISPOSITIVOS DE LEIS FEDERAIS. SÚMULA Nº 284/STF. AGRAVO IMPROVIDO.

1. "É inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada." (Súmula do STJ, Enunciado nº 182).

2. "É possível o juízo de admissibilidade adentrar o mérito do recurso, na medida em que o exame da sua admissibilidade, pela alínea 'a', em face dos seus pressupostos constitucionais, envolve o próprio mérito da controvérsia." (AgRgAg nº 228.787/RJ, Relator Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira, in DJ 4/9/2000).

3. Em tema de violação do artigo 535 do Código de Processo Civil, a não indicação expressa das questões apontadas como omitidas vicia a motivação do recurso especial, inviabilizando o seu conhecimento. Incidência do enunciado nº 284 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

4. Ao apontar a violação dos artigos 496, inciso I, e 513 do Código de Processo Civil, nas razões do recurso especial, a agravante não define nem demonstra no que consistiu a alegada violação dos dispositivos legais, deixando de explicitar, de forma clara e precisa, a negativa de vigência de lei federal, atraindo a incidência do enunciado nº 284 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

5. Agravo regimental improvido."

(AgRg no Ag 1292758/MG, Rel. Ministro HAMILTON CARVALHIDO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 18/05/2010, DJe 04/06/2010)

Outrossim, observa-se que a recorrente alega violação à Lei 4.357/64; Decreto-Lei 2284/64; Lei 7777/69 e Lei 8890/94, mas não indica qual ou quais dispositivos entende violados, tornando patente a falta de fundamentação do apelo especial, circunstância que atrai a incidência do enunciado nº 284 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

A propósito:

"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. QUEIMA DE CANA DE AÇÚCAR - REEXAME DE PROVA. SÚMULA 7 DO STJ. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SUMULA 284 DO STF. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

Superior Tribunal de Justiça

- 1. A reforma do julgado quanto à ocorrência ou não do dano, que gerou a obrigação de indenizar, demanda inegável necessidade de incursão nas provas constantes dos autos, o que é vedado em sede de recurso especial. Incidência do óbice da Súmula 7 desta Corte.*
- 2. A alegação de ofensa genérica à lei, sem a particularização dos dispositivos eventualmente violados pelo aresto recorrido, implica deficiência de fundamentação, conforme pacífico entendimento desta Corte Superior, fazendo incidir o enunciado da Súmula 284/STF.*
- 3. A admissibilidade do recurso especial pressupõe-se uma argumentação lógica, demonstrando de plano a violação do dispositivo legal pela decisão recorrida, a fim de demonstrar a vulneração existente, o que não ocorreu na hipótese da alegada violação ao art. 38, § 4º, da Lei 12.651/12.*
- 4. Agravo regimental não provido”. (AgRg no AREsp 721.287/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 20/08/2015, DJe 27/08/2015)*

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, b, do RISTJ, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Com supedâneo no art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, majoro os honorários advocatícios devidos à parte recorrida de 10% sobre o valor da condenação para 11% sobre o respectivo valor.

Publique-se.

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

Ministro RAUL ARAÚJO
Relator